

CONCURSO PÚBLICO
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA
PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
CARGO: PROCURADOR DO MUNICÍPIO – CLASSE A – PADRÃO I

PROVA SUBJETIVA
PARTE II – QUESTÃO 1

Aplicação: 16/12/2018

PADRÃO DE RESPOSTA DEFINITIVO

1 A regra geral é que a duração do contrato administrativo ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários (art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993).

2 Conforme o princípio da anualidade orçamentária, previsto no art. 165, § 5.º, da CF/1988, a lei que aprova o orçamento é anual. Por sua vez, o período de vigência do orçamento é denominado exercício financeiro, que, por força do art. 34 da Lei n.º 4.320/1964, coincide com o ano civil, ou seja, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro.

Além da Lei n.º 4.320/1964, também pode ser citado o art. 167, § 1.º, da CF, segundo o qual nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

3 É possível considerar válido o ato, desde que o projeto (em que a obra esteja prevista) esteja contemplado nas metas estabelecidas no plano plurianual (PPA) — sendo essa uma exceção à regra geral. O fundamento está na previsão do art. 167, § 1.º, da CF, o qual prevê que os investimentos cuja duração ultrapasse um exercício financeiro sejam incluídos no PPA. Nesse sentido, ainda, o art. 57, I, da Lei n.º 8.666/1993.

Quesito 2.1 Duração dos contratos limitada, como regra, à vigência dos créditos orçamentários

0 – Não respondeu ou mencionou um prazo não relacionado aos créditos orçamentários.

1 – Mencionou a regra geral de duração dos contratos vinculada aos créditos orçamentários, mas não citou art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993.

2 – Mencionou a regra geral de duração dos contratos vinculada aos créditos orçamentários E citou art. 57, *caput*, da Lei n.º 8.666/1993.

Quesito 2.2 Menção ao princípio da anualidade orçamentária e ao exercício financeiro

0 – Não mencionou nenhum dos aspectos relativos ao princípio constitucional orçamentário.

1 – Mencionou apenas um dos aspectos relativos ao princípio constitucional orçamentário: o princípio da anualidade orçamentária OU o exercício financeiro OU mencionou os dois aspectos, mas não apresentou a fundamentação legal de forma completa.

2 – Mencionou os dois aspectos relativos ao princípio constitucional orçamentário: o princípio da anualidade orçamentária E o exercício financeiro, apresentando a fundamentação legal de forma completa.

Quesito 2.3 Possibilidade jurídica de validade do contrato, desde que o projeto referente à obra esteja contemplado nas metas estabelecidas no plano plurianual

0 – Posiciona-se pela impossibilidade de validade do contrato.

1 – Posiciona-se pela possibilidade de validade do contrato, mas não cita a sua relação com o PPA.

2 – Posiciona-se pela possibilidade de validade do contrato, menciona o PPA, mas não fundamenta a resposta com os dispositivos legais.

3 – Posiciona-se pela possibilidade de validade do contrato, menciona o PPA, fundamenta a resposta com os dispositivos legais e faz a ressalva de impossibilidade em caso de não inclusão no PPA.